



A revitalização do tecido social é mais do que nunca uma tarefa urgente. A sociedade respira através da constante interacção entre os seus membros, as correntes culturais e as instituições sociais. Nessa interacção têm particular significado as forças sociais, quer as que tradicionalmente assim são consideradas quer as que os novos tempos vão revelando.

São as forças sociais que emprestam rosto humano às instituições do Estado. Constituídas por grupos e pessoas individuais que se aglutinam à volta de uma questão que é vital na sua existência, as forças sociais asseguram à gestão política o peso da realidade permitindo conhecer de forma inequívoca onde se jogam na vida social os problemas que verdadeiramente importam às pessoas.

Assim, é impossível desconhecer neste momento as graves questões que afectam o mundo do trabalho industrial. Importa que se olhe com clareza e sem qualquer facciosismo as causas que levam os sindicatos a manifestarem-se quanto ao problema gravíssimo do desemprego e do atraso dos salários e que conduzem muitas pequenas e médias empresas a retraírem a sua iniciativa. "e igal modo, importa verificar onde se articulam os problemas que fazem da juventude uma força social aparentemente à margem da evolução política da vida do país.

Para além destes exemplos, estão em causa dois aspectos fundamentais da vida social.

Por um lado, é necessário criar o estímulo para que as forças sociais se constituam e dêem à sua intervenção o conteúdo múltiplo das áreas de problemas a que estão associadas, reconhecendo-as como parceiros sociais de pleno direito em todas as decisões políticas que lhes dizem respeito.

Por outro lado, importa criar instrumentos de participação que levem os cidadãos e as forças sociais a intervirem de forma institucional, no regular funcionamento dos órgãos fornecedores de bens e de serviços.

Estamos perante uma exigência inadiável da democracia plena contribuindo para que se complete o edifício institucional da participação democrática que o Art. 48 da Constituição supõe e exige.

§2. Embora tenha causas que lhe são próprias, a crise com que se debate o nosso país é reforçada pela crise internacional que afecta cada povo e as relações entre os Estados.

Não se trata de uma situação passageira mas sim de uma profunda mutação de valores, conceitos e seus instrumentos técnicos. Crise estrutural dos modelos vigentes se lhe tem chamado.

A recessão económica corresponde uma retracção das metas de soláridade que no início da década de 70 pareciam informar as relações internacionais, em particular através de medidas generosas e mobilizadoras como as que caracterizavam, entre outras, a Declaração debumao estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional e a Carta dos Direitos e Deveres dos Estados.

Não só tal objectivo não foi visivelmente atingido como se tem vindo a processar de forma subtil um novo re-arranjo internacional que se vai impondo sem que seja claramente denunciado como tal. Acentua-se a divisão internacional do trabalho, aumenta o empobrecimento e a dependência dos mais pobres, impõem-se por todos os meios as hegemónias existentes.

O agravamento destas condições não só reforça aspectos concretos da crise portuguesa como, pelos novos equilíbrios que suscita, permite ao nosso país cada vez menos graus de liberdade. Não nos conduz, porém, tal limitação a fecharmo-nos sobre nós próprios, situação de resto simplesmente suicida no mundo de hoje. Pelo contrário, importa aproveitar totalmente os graus de liberdade ainda existentes, de modo a que possamos assegurar a nossa sobrevivência económica através das brechas do apertado sistema mundial em vias de formação e encarar a nossa própria crise com novos critérios e novas perspectivas.